



ATA - CONSELHO MUNICIPAL DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS DELEGADO DE MANAUS – CMR Nº 13/2018
(06/11/2018 – 14h e 30min)

Ata da reunião sobre a Exposição do Site Oficial da AGEMAN e suas funcionalidades; e Apresentação do Geoprocessamento aplicado aos Serviços Públicos Municipais Delegados.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, com início às quatorze horas e trinta minutos, na sala de Reunião Engels Medeiros na Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM, reuniram-se os componentes que presidiram sobre a Exposição do Site Oficial da AGEMAN e suas funcionalidades; e Apresentação do Geoprocessamento aplicado aos Serviços Públicos Municipais Delegados. Sendo integrantes das referidas apresentações: Tereza Maria Martins Teófilo, Assessora de Comunicação e Marcelo Rebouças Almeida, Assessor Técnico de Divisão do Geoprocessamento, ambos da AGEMAN. Conselheiros: Fábio Augusto Alho da Costa, Presidente do Conselho da AGEMAN; Karina Lima Moreno, da OAB; Flávio Cordeiro Antony Filho, da SEMINF; Vicente de Paulo Queiroz Nogueira, das Concessionárias; Helrima de Fátima Oliveira da Silva, da CUC; Paulo Rodrigues de Souza, da SEMEF; Nelson Costa da Silva, da CMM e Antônio Carlos da Silva; da FIEAM. Participaram também; Nelson Azevedo dos Santos, Vice-Presidente da FIEAM. Participantes: Suzy Lima Tavares, Diretora Técnica de Concessões, Obras e Saneamento; Cristiane Barbosa Rodrigues, Assessora Jurídica; Alexandre Frederico de Souza Carvalho, Diretor Técnico de Transportes e Mobilidade Urbana; Cláudio Ney Costa Falcão, Ouvidor, servidores da AGEMAN. Foi passada a lista de presença, que fará parte integrante desta Ata. Iniciando os trabalhos, o Conselheiro Presidente verificou o quórum, todos presentes. Leitura e assinatura da ata da reunião anterior. Enviada via e-mail a todos do Conselho e nada tendo a informar, a ata foi assinada. O Presidente do Conselho cumprimentou os presentes, agradeceu pela ilustre acolhida e a generosidade do senhor Antônio Silva, Presidente da Federação das Indústrias – FIEAM, apresentou uma parte da equipe da AGEMAN, a Secretária do Conselho, Shirley Neves, no assessoramento e fazendo o contato com os conselheiros; Diretora Técnica, Suzy Tavares, já esteve em outras reuniões, atua na parte de Concessões, Obras e Saneamento, articulando nos planos quinquenais e anuais, mostrando o comprometimento direto com a concessionária Manaus Ambiental; o Ouvidor, Cláudio Ney, atuando no T-4 da Cidade Nova, na ouvidoria onde tem uma boa estrutura e ação com as demandas; Marcelo Rebouças Almeida, Assessor Técnico de Geoprocessamento, que está trabalhando com uma ferramenta fundamental no trabalho de geoprocessamento na fiscalização e



otimização da regulação dos serviços públicos, principalmente na área de saneamento; Cristiane Barbosa Rodrigues, Assessora Jurídica, assessorando o conselho na parte legal, expediente e administrativo da AGEMAN; Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana, Alexandre Frederico de Souza Carvalho, nomeado recentemente, falou que na área de transportes iria trabalhar a parte DRP, projetos, contabilizando ruas, juntamente com a SEMEF, SEMINF, IMPLURB e os órgãos que estiverem engajados na área de transportes. Falou sobre a exposição do Site Oficial da AGEMAN, que já estava pronto e vinha sendo trabalhado na inclusão de informações, melhoramento das ações, visualizações e acessibilidade do site. As autarquias das Agências Reguladoras Estaduais, Municipais e Federais são poucas conhecidas pela população e tem dificuldade em entender a real função de uma Agência Reguladora e a garantia da prestação dos serviços públicos delegados, principalmente de água e esgoto da cidade. O site foi feito de forma aberta e de fácil localização, tendo o cuidado com as ações e aos contratos e a transparência do site. Passou a palavra para a Assessora de Comunicação, Tereza Teófilo que expôs sobre o Site Oficial da AGEMAN e suas funcionalidades. Disse que quando montou o site da AGEMAN queria uma plataforma responsiva e que pudesse permitir ao usuário o acesso de várias formas, seja de smartfone, tablet e outros. Que as funcionalidades servissem aos usuários para visualizar de várias formas dentro do site. O layout atendeu a identidade visual da Prefeitura, que tem como base o brasão e as cores. Fez a plataforma um pouco maior do que as outras secretarias da Prefeitura. No site as adaptações vão sendo feitas conforme for aparecendo as necessidades, adicionando novas funcionalidades de serviços. Tem o abastecimento de água e esgotamento sanitário, posterior vem o transporte, a iluminação pública e outros serviços que serão concedidos. Precisava de uma plataforma maior, que não ficasse restrito a um hot site dentro do Portal. Numerou a Institucional, com o histórico da Agência, de como foi criada, a Lei, o objetivo dela, a intenção da Administração Municipal de criar uma Agência de Regulação, o acesso a Lei de criação, as atribuições dela com os objetivos e o Regimento Interno. Além de prestar as informações, o acesso fácil da Legislação para que as pessoas possam identificar dentro Diário e onde está publicado o Decreto e também para fazer pesquisas. Fez uma breve apresentação do Presidente, e-mail de contato, resumo da atuação para o usuário conhecer quem está à frente da AGEMAN e quais as pessoas que acompanham a AGEMAN, os setores, a identidade organizacional, comissão, visão e valores. O Conselho de Regulação e seus componentes, onde representam, fotos e o espaço para a publicação das Atas. Quando começou a definir a funcionalidade do site, teve a preocupação em ouvir os servidores da Agência que utilizam o site e alguns usuários. O setor jurídico alertou para necessidade de algumas legislações para que facilitasse o acesso pelos usuários, foi separada as principais leis, publicou e atualizou o site. Colocou a Lei Pró-Águas, das concessões, de criação da AGEMAN e o código de defesa do usuário, o site é atualizado e postado. Nos Serviços regulados, fez uma breve apresentação de cada serviço, explicando como funciona, qual a empresa que cuida da concessão. No abastecimento de água foi postado todos os Termos Aditivos, Contrato de Concessão e o



Manual de Prestação de Serviços - MPSAC. O Presidente do Conselho falou que é importante ter o acesso ao site, principalmente quando alguém solicitar alguma informação, acessaria e buscaria o que iria precisar. Na assessoria de comunicação está sendo feito um trabalho de network dentro da Municipalidade para mostrar os serviços efetivos. A Assessora falou também que foi criado a área de Transporte Público, sobre os serviços, a quantidade de usuários atendidos, informando o valor das tarifas e das empresas que atuam no sistema. O Presidente do Conselho falou que visitou o SINETRAM, adquiriu uma senha de acesso aos serviços para saber os usuários que são atendidos e o número de linhas que estão rodando e quantas empresas operando. No geoprocessamento está checando e fazendo o levantamento das informações para a Diretoria de transportes. A ideia é saber o tempo real de quantos ônibus estão rodando e as empresas que estão operando e qual o horário de pico ou o mais moderado. A Assessora de comunicação disse que nos serviços regulados tem sempre notícias referente a transportes e será inserido na área de transportes público. O Presidente do Conselho disse que tem uma concessão plena com a Manaus Ambiental, vem trabalhando o abastecimento de água e esgotamento sanitário e paralelamente está trabalhando em todos os serviços. A assessora de comunicação falou que no menu de notícias da área de regulação e fiscalização, está priorizando as imagens que demonstrem ações, com os técnicos trabalhando. Na Ouvidoria recebe as reclamações dos serviços regulados, do abastecimento de água e esgoto, iluminação pública e do transporte. Tem o espaço onde o usuário poderá fazer a reclamação ou elogio, receber o e-mail e gerar o processo e acompanhar a demanda que foi encaminhada. Nos outros links tem a área de transparência, onde conversou com o setor jurídico para avaliar e se estar de acordo com a lei, algumas modificações estão sendo feitas. Tem no site as receitas, despesas, folhas e diárias. Criou acesso para o Diário Oficial da Prefeitura, tem as principais Agências Reguladoras e as Secretarias Municipais, é um site simples, mas que foi colocado de forma fácil para que o usuário consiga encontrar o serviços que desejar. Aos poucos está sendo feita as adaptações e mudanças necessárias. A Conselheira Karina se manifestou dizendo que seria interessante colocar no link na parte do Conselho a OAB. Não havendo dúvidas passou para a Apresentação do Geoprocessamento aplicado aos Serviços Públicos Municipais Delegados, pelo Assessor Técnico, o Arquiteto e Urbanista Marcelo Rebouças. Apresentou-se aos conselheiros e demais participantes e em seguida falou primeiro do entendimento de leis aplicadas na área do geoprocessamento. Verificou quais as ferramentas do georeferenciamento aplicadas na AGEMAN e conceituou o modelo de geocolaboração na Prefeitura de Manaus. Falou que a apresentação foi dividida em etapas. Na primeira etapa abordou conceitos básicos do geoprocessamento aplicado na AGEMAN, segunda a geocolaboração na Municipalidade e na terceira mostrou um pouco do trabalho feito na agência supracitada solicitado pelo Presidente e pela Diretoria Técnica. No geoprocessamento, falou de um conceito básico baseado na conclusão de Ana Clara Mourão, arquiteta e urbanista, formada pela PUC-MG. Que o geoprocessamento tem o sentido final de processamento de dados georreferenciados, algo que se implanta e traz o progresso, não só para representar,



mas deixando claro um novo olhar sobre o espaço. Outros autores fala de um conjunto de técnicas espaciais, vai desde a coleta, o tratamento, manipulação e a análise de dados espaciais. Em 2007, conversou com algumas pessoas na Prefeitura que já estavam começando o desenvolvimento de um trabalho em geoprocessamento de maneira isolada. Falou das Leis, como qualquer outra área tem as aplicações jurídicas, citando a NBR 13.133, que fala da Execução de levantamento topográfico e 14.166 direcionado a Rede de Referência Cadastral Municipal. Na lei Federal se prendeu a Resolução de n. 01 de 2005 do IBGE, foi falado das novas coordenadas geográficas que foi utilizada no Brasil. Sendo que no Brasil já passou pelo CÓRREGO ALEGRO, SOUFH AMERICA 69 e atualmente SIGAS 2000. Na área estadual, o IPAAM disponibiliza uma cartilha de como vai querer que apresente o projeto de georeferenciamento, se apegam as leis ditas na resolução do IBGE acima mencionada. No município começaram a fazer as Portarias em 2015, porque na Resolução do IBGE menciona que Estado e Município teriam um prazo de 10 anos para seus dados e estivessem na nova coordenada, para com isso facilitar a comunicação e a distribuição desses dados em território brasileiro. O IMPLUB começou a publicar na Portaria de n. 18 de 2015, onde dizia os critérios para apresentar os novos projetos direcionado ao instituto. Manaus tem uma exclusividade como a capital Brasília, porque ambas são cortadas no meio da área urbana, por isso que foram determinadas uma coordenada regional entre elas, tendo como *datum* a coordenada SIRGAS 2000. E posteriormente a SEMMAS, com a publicação da Portaria n. 53 de 2015, também fez as considerações em relação as coordenadas. Todos os projetos que entra na Prefeitura, são exigidos tal portaria e quando vai para o estado, pede uma coordenada universal com base no *datum* SIRGAS 2000, um dado muito importante que foi mencionado pelo palestrante, foi que de 43 arquivos digitais apresentados no setor de Gerência de Informação e Geoprocessamento (GIG) – IMPLURB no ano de 2017, apenas 3 estavam de acordo com a portaria acima mencionada. O geoprocessamento são aplicados na área urbana, tais como: Plano Diretor, Paisagismo Técnico, Loteamento, Estudo de Impacto de Vizinhança e entre outras vertentes. Na área Ambiental, abrange o Plano Diretor de Arborização, delimitação da Área de Preservação Permanente, Área de Risco, Delimitação de Corredores Ecológicos, Estudo do Impacto Ambiental e entre outros. Na Área de Saneamento, tem a Extensão de Águas e Esgotos, Localização de Poços, Reservatórios, ETE, Plano Municipal de Saneamento Básico, Qualificação e Requalificação das Áreas provenientes de Saneamento e diversas outras áreas. O Presidente do Conselho falou que o trabalho de geoprocessamento que está sendo desenvolvido na área de fiscalização, na globalização da cidade em tempo real. O Assessor Técnico falou das etapas do processo de aplicação na AGEMAN, que teve seu início no dia primeiro de agosto de 2018. Foi recebido os arquivos e suas respectivas camadas, oriundos da ARSAM. Criou critérios para avaliar os dados, primeiro analisou a origem do levantamento, após verificou a precisão do levantamento, pois a Prefeitura através das imagens aéreas chamadas ortofoto, trabalha com uma precisão de 10cm. Em terceiro procurou identificar ponto a ponto, o local e o proprietário do lote, tendo como base



 RG



os dados da matrícula de IPTU da SEMEF. E por fim, o mais importante, que seria passar pelo Controle de Qualidade (CQ) antes de ser disponibilizado no ambiente multiusuário, uma etapa que daria início no ano de 2019. As ferramentas que estão sendo utilizadas na AGEMAN são: o Google Earth Pro, o ArcGis de versão 10.5.1, Quantum Gis 2.18, ArcGis Web e outros aplicativos pertinentes na área. No ambiente de Geocolaboração, a riqueza do projeto encontra-se não na utilização das ferramentas de geoprocessamento, mas no envolvimento de diversos servidores da administração direta e indireta, objetivo é o compartilhamento de informações com outras secretarias. Otimiza a camada geográfica com o instituto de padronização de dados, compartilhamento de informações especiais, capacitação de servidores e atualização contínua das bases em escritório e campo. O objetivo é o compartilhamento de informações com outras secretarias. A Prefeitura hoje tem referência de trabalho em âmbito nacional e o projeto cidade inteligente é prova disso, oferecendo uma comunicação em tempo real com outros campos de trabalhos dentro da prefeitura, sendo ambientada na geocolaboração. A Integração enfatiza a tecnologia. A AGEMAN já tem dados para fazer análises e outras empresas estão entrando, como as concessionárias pública e privada. Na SEMEF tem o GEOTI, criado em 2014. Ambiente de Geocolaboração criado em 2015. Publicação do Mapa em Ambiente SIG Web em 2016. Manaus têm projetos contemplados internacionalmente. No ano de 2019 irá concorrer em um grande evento chamado *User Conference as ESRI* em San Diego Califórnia. O Presidente do Conselho falou que a SUBTI da SEMEF tem grandes profissionais. O Assessor Técnico falou que hoje segue a trilha de Manaus inteligente. Consegue também visualizar todas as camadas georreferenciadas, quantos reservatórios invadidos, visualização de residências, mostrou o boletim de informações do lote. Teve um apoio da SEMEF, que esteve sempre à frente da tecnologias das secretarias. Terá um treinamento com os fiscais para o uso da ferramenta de geoprocessamento ano que vem.. A Conselheira Karina perguntou de quanto em quanto tempo as imagens são atualizadas. O Assessor Técnico respondeu que a última atualização no Google foi devido a copa do ano de 2010, mas o projeto vai ser contemplado pela SEMEF. O Conselheiro Paulo falou que a ortofoto vai buscar a imagem até 10cm, teve um sobrevoo em 2010 e terá outro em 2019. Vai ser tirado a foto da cidade inteira, mas não soube dizer se estará disponível com rapidez para a AGEMAN. O Presidente do Conselho fez um adendo a recepção da OAB e pediu a Conselheira Karina que agradecesse ao Presidente da Ordem por conceder a próxima reunião. Ficou em aberto para manifestação. A Conselheira Karina disse que teve o entendimento sobre os avanços tecnológicos na área do georeferenciamento e as secretarias estão interligadas em termo de banco de dados que está no âmbito municipal. Questionou se existe algum banco de dados a nível estadual. Porque tem conhecimento de determinadas situações para realizações de obras e tem a necessidade de licenças ambientais devido ao subsolo e por causa dos igarapés. No município exige uma coisa e no estado outra, há dificuldades nas informações, um entrave muito grande na hora de adquirir uma licença ambiental, conflita para o cidadão que quer adquirir o documento e a licença para fazer a obra.



Porque foi falado em estudo de impacto de vizinhança. Perguntou se existe a unificação de dados e projetos que vislumbre a integração de informações entre o município e o estado. O Presidente do Conselho falou que o município avançou na área georreferenciada e por mais que compartilhasse as informações, o estado está atrasado nas camadas técnicas. Disse ainda, que algumas secretarias recorrem a municipalidade quando querem fazer alguma coisa. O Assessor Técnico respondeu que em questão ao estudo de impacto de vizinhança, é uma atribuição do município, na autarquia do IMPLURB. Atribuiu as vezes pela compreensão do técnico, porque teria que fazer uma análise urbanística e hoje com as camadas georeferenciadas e a geocolaboração, o analista faria uma análise complexa. As vezes o requerente não fez a avaliação, não verificou se existia um registro do imóvel, título definitivo, se o local era propício para fazer a obra. Em parte é falta de informação técnica. O Conselheiro Paulo, falou que o conceito que sempre foi utilizado para o geoprocessamento é o cadastro técnico de multifinalidade e que tudo começou na tributação, dentro da SEMEF, mas acabou se espalhando por todos os demais usuários e dentro desse ambiente de multiusuários, tem diversos órgãos, não seria difícil por exemplo o IPAAM entrar e poder acessar os dados e usar as camadas que já existem. Hoje o usuário clica no lote, gera protocolo, tem a junta comercial, faz tudo sozinho para facilitar o processo. Tem informações de acesso ao usuário que não há necessidade da geocolaboração, é mais simples. O Conselheiro Vicente também se manifestou em respeito as informações sobre geoprocessamento. O Conselheiro Nelson falou que o usuário sempre teve dificuldades nas informações e acaba tendo custos desnecessários. O Presidente do Conselho falou que vai disponibilizar para outras secretarias, concessionárias, usuários e demais órgãos o acesso as informações do geoprocessamento. A Conselheira Helrima falou que as informações do geoprocessamento é de grande valia para os usuários e demais órgãos. A Diretora Técnica esclareceu que para o usuário o georeferenciamento é mais visual, acesso ao mapa, saneamento, poços, localização, dentre outros. Para os técnicos que trabalha com a ferramenta e mais zingada. O Presidente do Conselho passou para Assuntos de Ordem Geral. Falou da Inauguração da ETE do Xingu/Ayapuá. Falou dos Planos Anuais de Saneamento e investimentos pela empresa AEGEA nos serviços de esgoto e saneamento. Falou também da publicação do Decreto do Regimento Interno do Conselho do Conselho Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus, do dia 25 de outubro de 2018.. Houve também a mudança de datas das últimas reuniões do conselho, conforme fechamento de folha e orçamento, no qual foi aprovada por todos. A próxima reunião será na OAB. Foi entregue uma Revista com as atividades das Secretarias Municipais para apreciação. O Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos, a reunião foi encerrada às 16h e 45min. Nada mais havendo a tratar, lavrei esta Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros e demais participantes da reunião.




Fábio Augusto Alho da Costa

Conselheiro Presidente do CMR/AGEMAN


Shirley de Lima Neves

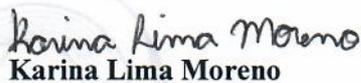
Secretária do Conselho/AGEMAN


Vicente de Paulo Queiroz Nogueira

Conselheiro Representante das Concessionárias


Helrîma de Fátima Oliveira da Silva

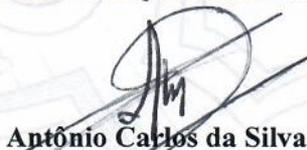
Conselheira Representante da CUC


Karina Lima Moreno

Conselheira Representante da OAB


Flávio Cordeiro Antony Filho

Conselheiro Representante do PMM/SEMINF


Antônio Carlos da Silva

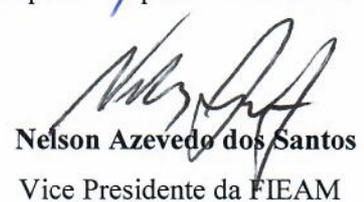
Conselheiro Representante da FIEAM


Paulo Rodrigues de Souza

Conselheiro Suplente Representante da SEMEF


Nelson Costa da Silva

Conselheiro Representante da CMM


Nelson Azevedo dos Santos

Vice Presidente da FIEAM


Tereza Maria Martins Teófilo

Assessora de Comunicação/AGEMAN Dir. Téc. de Concessões, Obras e Saneamento/AGEMAN


Suzy Lima Tavares


Marcelo Rebouças Almeida

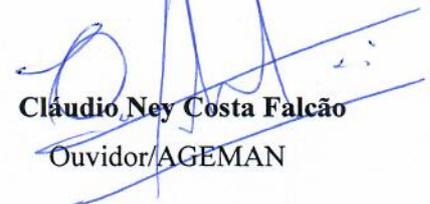
Assessor Téc. de Divisão do Geoprocessamento da AGEMAN


Cristiane Barbosa Rodrigues

Assessora Jurídica/AGEMAN


Alexandre Frederico de Souza Carvalho

Diretor Téc. de Transportes e Mobilidade Urbana/AGEMAN


Cláudio Ney Costa Falcão

Ouvidor/AGEMAN